

V WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE

O mundo empresarial e a questão social

Porto Alegre, 2 a 5 de maio de 2006 – PUCRS

Grupo de Trabalho 06 – Empresas e projetos de economia alternativa

Usos e Significados das Práticas de Economia Solidária: notas para uma abordagem a partir da Nova Sociologia Econômica.

Lucas Rodrigues Azambuja*

Mestrando de Sociologia /UFRGS

Resumo

O texto reflete de que modo a Nova Sociologia Econômica (NSE) norte-americana pode constituir uma perspectiva teórica alternativa em relação à abordagem de Economia Solidária sobre as práticas econômicas autogeridas, cooperativas e associativas. Nesse sentido, revisamos os trabalhos de uma ilustre representante da NSE (Viviana Zelizer) e com base na sua perspectiva teórica criticamos a abordagem de dois autores da corrente de Economia Solidária, Paul Singer e Jean-Louis Laville. Por fim, tomando como ponto de partida a teoria de Zelizer, esboçamos algumas direções de análise empírica sobre as práticas econômicas autogeridas, cooperativas e associativas.

INTRODUÇÃO

Na sociologia clássica (Marx, Weber, Durkheim e outros) os fenômenos econômicos são vistos como pertencentes à totalidade social. Durkheim e Weber, cada qual a sua maneira, utilizam o termo sociologia econômica para propor uma análise diferente da economia neoclássica. Devido às dificuldades de institucionalização da sociologia como ciência acadêmica, ela vai, gradativamente, especializando-se e, por conseguinte, deixando para os economistas o estudo de certos fenômenos econômicos, por exemplo, o mercado. Nesse sentido, pode-se afirmar que a sociologia endossou, mesmo que implicitamente, a idéia da existência de uma esfera econômica autônoma (Cf. LEVÉSQUE et al., 2001: 19-22). O desenvolvimento de uma abordagem sociológica sobre as práticas, relações e instituições econômicas, só

* lucas.ra@terra.com.br. Agradeço as contribuições valiosas da Dra. Cinara Rosenfield, professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da UFRGS.

voltará para a agenda das Ciências Sociais a partir de meados da década de 1970. A crise econômica e política deste período resultou, no plano intelectual, na deslegitimação do marxismo e do keynesianismo e na consolidação da hegemonia das abordagens da ciência econômica ortodoxa. Paradoxalmente, este mesmo contexto fez com que economistas e sociólogos heterodoxos rediscutissem e reformulassem suas abordagens sobre a vida econômica (Cf. LEVÉSQUE et al., 2001: 22-25). É neste contexto intelectual que surge a *New Economic Sociology* (NES) norte-americana e a perspectiva de Economia Solidária na Europa (principalmente, em países de língua francesa) e na América Latina. De um lado, a NES procurando desenvolver uma abordagem sociológica sobre os fenômenos econômicos tradicionais (mercados, dinheiro, empresas e organizações, etc.) E, de outro, a Economia Solidária procurando evidenciar, muitas vezes a partir de um enfoque normativo, que a economia não se restringe à esfera do mercado e às atividades, práticas, organizações e relações econômicas tipicamente capitalistas, ou seja, a Economia Solidária procurou mostrar e interpretar o conjunto de atividades, organizações e relações econômicas não-mercantis e não-monetárias, que denominaremos de práticas econômicas associativas, cooperativas e autogestionárias.

O objetivo geral deste artigo é, então, refletir como a NES, através da teoria de Viviana Zelizer, pode constituir uma abordagem teórica e uma agenda de pesquisa alternativas à perspectiva de Economia Solidária sobre as práticas econômicas associativas, cooperativas e autogestionárias. Nesse sentido, iremos, primeiro, expor a perspectiva teórica que perpassa os trabalhos de Viviana Zelizer (1988; 1989; 1992; 1997; 2004), baseando-nos, especialmente, no artigo e livro de títulos homônimos – *The Social Meaning of Money*. Com respeito a esta perspectiva, vamos nos centrar em explicitar de que modo a autora propõe uma relação entre, de um lado, cultura e redes de interação social e, de outro, práticas e relações econômicas. Segundo, com base na teoria de Zelizer, iremos formular questões e pontos para a reflexão sobre práticas e iniciativas econômicas (cooperativas e empresas autogeridas, bancos populares, sistemas de trocas locais, etc.) que estão sendo consideradas por alguns como constituintes e portadoras de uma nova lógica econômica, denominada Economia Solidária. Pretendemos, portanto, esboçar, uma outra direção de análise dessas iniciativas e práticas econômicas, uma direção diferente daquela que vem sendo desenvolvida por autores reunidos em torno da noção de Economia Solidária, especialmente, Paul Singer e Jean-Louis Laville. Ao nosso ver, a perspectiva de

Economia Solidária (representada aqui pelo dois autores mencionados) baseia-se numa relação teórica entre a consecução de um tipo específico de prática econômica (cooperativas, empresas autogeridas, associações, etc.) com uma racionalidade específica e diferente daquelas presentes nas práticas realizadas nas esferas do Estado e do Mercado. Em contrapartida, advogamos em favor da perspectiva teórica de Viviana Zelizer que não estabelece uma relação direta entre certas práticas ou relações econômicas e determinado tipo de racionalidade, mas, sim, propõe essa relação mediada pelo contexto cultural e pela rede de interação social nas quais determinada prática ou relação econômica está sendo realizada. Portanto, visamos, de um lado, fazer uma crítica aos pressupostos teóricos da abordagem de Economia Solidária e, de outro, contribuir para o desenvolvimento da NES por meio da introdução de um conjunto de práticas e organizações econômicas que não têm sido alvo de suas análises.

Este artigo está dividido, então, em três partes: 1) *Cultura, Sociedade e Economia: o modelo teórico de Viviana Zelizer* – nesta seção iremos definir a perspectiva teórica de Viviana Zelizer sobre práticas e relações econômicas, especialmente, àquelas realizadas na esfera do mercado e por meio do dinheiro; 2) *Economia Solidária: uma visão sobre as práticas econômicas cooperativas, autogeridas e associativas* – aqui iremos definir a visão da Economia Solidária, representada por dois autores, a saber, Paul Singer e Jean-Louis Laville, centrando-nos como neles há o estabelecimento de um elo teórico entre uma dita racionalidade econômica solidária e práticas associativas, autogestionárias e cooperativas; 3) *Considerações Finais: esboço para uma outra abordagem das práticas econômicas associativas, autogestionárias e cooperativas* – com base na teoria de Viviana Zelizer, esboçaremos alguns pontos a serem desenvolvidos em pesquisas empíricas e, assim, avançar numa interpretação diferente sobre as práticas econômicas às quais a noção de Economia Solidária se refere.

1. CULTURA, SOCIEDADE e ECONOMIA: o modelo teórico de Viviana Zelizer

A elaboração de uma perspectiva teórica sobre a formação, transformação e dinâmicas do mercado e das relações monetárias é o esforço que perpassa a obra de

Viviana Zelizer¹. Essa perspectiva desenvolvida pela autora ao longo de várias pesquisas empíricas, contrapõe-se, especialmente, à visão clássica e muito difundida do utilitarismo econômico sobre o mercado como esfera autônoma e distinta da sociedade, na qual são realizadas relações e práticas por indivíduos atomizados, portadores de uma racionalidade calculista e motivados pelo interesse pessoal. Além disso, a teoria de Zelizer é formulada em contraposição à duas outras abordagens sobre o mercado nas Ciências Sociais. A primeira delas é nomeada pela autora de *modelo de mercado subordinado* (1988; 1992) que, basicamente, opõe-se à idéia do mercado como esfera autônoma da vida social e regida apenas pelos interesses dos indivíduos e pela racionalidade instrumental. Nesse sentido, esse modelo teórico enfatiza o modo como o mercado está subordinado aos constrangimentos da estrutura social (Granovetter, White, entre outros) e dos fatores culturais (Sahlins, Agnew, Douglas), seja na sua capacidade de expansão na vida social, seja na sua dinâmica e lógica internas (Cf. ZELIZER, 1988: 622-29; 1992: 6-10). Viviana Zelizer não concorda com o modelo de mercado subordinado, porque para ela os fatores culturais e a estrutura social (mais especificamente, instituições e redes de interação social) não subordinam o mercado e, sim, interagem na sua constituição e dinâmica.

A segunda abordagem é o *modelo de mercado ilimitado* (ZELIZER, 1988, 1992). Esse modelo teórico, presente em autores como Marx, Weber, Simmel, Titmuss, Hirsh (Cf. ZELIZER, 1988: 620-22), faz uma crítica e alerta para os perigos da ampliação e autonomização da esfera do mercado nas sociedade modernas. Nesse sentido, o mercado tende a influenciar o conjunto das relações sociais, tornando-as cada vez mais determinadas pela própria lógica mercantil, sendo esta caracterizada como egoística e baseada na racionalidade calculista. Assim, o mercado tenderia de forma crescente a perder seus “limites”, introduzindo sua lógica em detrimento dos valores e lógicas morais, sociais e culturais. Deste modo, segundo Zelizer (1988: 619), o modelo de mercado ilimitado está baseado em cinco premissas teóricas: 1) aceitação da predominância do mercado na sociedade moderna; 2) dicotomização entre o mercado como um conjunto de relações monetarizadas e os valores não-instrumentais das relações tipicamente sociais, morais e pessoais; 3) mercado como força expansionista e destrutiva, que penetra as diversas áreas da vida social; 4) a introdução do mercado nas esferas pessoais, sociais e morais leva à degradação

¹ Cabe chamar a atenção que a bibliografia da autora que estamos utilizando neste artigo é uma parte

destas; 5) as únicas “proteções” contra a introdução do mercado são (a) barreiras normativas que isolem certas áreas do social da força do mercado ou (b) prescrições legais e institucionais que, deliberadamente, restrinjam o mercado. A crítica de Zelizer ao modelo de mercado ilimitado é que apesar de se opor moral e criticamente à lógica econômica mercantil, ela acaba por adotar a perspectiva utilitarista para descrever o fenômeno do mercado, isto é, as relações no seio deste último continuam sendo compreendidas como regidas pelo cálculo racional e o interesse individual (utilitarismo). Nas palavras da autora:

Moral critics of the “boundless” market thus raise nightmarish visions of a fully commoditized world. But do they provide any alternative to the established instrumental model of modern markets? Often movingly and sometimes accurately, these moral critics warn about the dehumanizing effects of marketing social ties but, ironically, their outrage does not essentially challenge established views of the market. (ZELIZER, 1988: 622).

Esta oposição moral para com o mercado sem um rompimento com a perspectiva teórica do utilitarismo está, também, presente nas análises sobre o dinheiro dos autores do modelo de mercado ilimitado. Segundo Zelizer (1989: 344-48; 1997: 6-12), essa vinculação teórica com o utilitarismo pode ser vislumbrada quando os autores desta perspectiva, de um lado, caracterizam o dinheiro como qualitativamente neutro, infinitamente divisível e um meio homogêneo para trocas de mercado e, de outro, afirmam que é justamente essas características que o fazem ser o principal mecanismo para o avanço da racionalidade econômica nas esferas da vida humana. Por isso, segundo a interpretação de Zelizer, os autores ligados ao modelo de mercado ilimitado afirmam que o avanço das relações de mercado monetarizadas significa uma ameaça para as formas de relações sociais tradicionais, baseadas no vínculo recíproco e em valores morais e culturais socialmente compartilhados. Em suma, nas palavras da autora,

impressed by the fungible, impersonal characteristics of money, traditional social thinkers emphasized its instrumental rationality and apparently unlimited capacity to transform products, relationships, and sometimes even emotions into an abstract and objective numerical equivalent. (ZELIZER, 1989: 347)

Enfim, se por um lado, essa perspectiva de autores como Marx, Weber, Simmel e outros, critica e aponta para os perigos do avanço da lógica mercantil e utilitarista, por outro, eles não rompem propriamente com o utilitarismo quando se trata de descrever

o mercado e as relações monetárias. Percebemos a partir de Viviana Zelizer que tal modelo, portanto, implica em conceber que existe um elo intrínseco entre a realização de relações de mercado monetarizadas e a condução dessas mesmas através de um tipo específico de racionalidade, a racionalidade instrumental regida pelo interesse individual. Assim, podemos dizer, em termos mais geral, que um tal modelo de interpretação implica em aceitar a proposição de que um determinado tipo de prática ou relação econômica determina uma lógica específica que lhe é peculiar, por exemplo, relações de trocas monetarizadas são realizadas a partir de uma lógica instrumental e individualista e relações de trocas não-monetarizadas seriam realizadas a partir de uma lógica de reciprocidade baseada em valores morais e culturais. O social e o cultural, mais especificamente, as relações sociais e os valores culturais são entes passivos diante da introdução de uma prática ou relação econômica que carrega consigo a sua própria lógica, racionalidade.

Em contraposição, de um lado, ao determinismo cultural e sócioestrutural do modelo de mercado subordinado e, de outro, à interpretação utilitarista da economia ortodoxa e do modelo de mercado ilimitado, Viviana Zelizer elabora uma abordagem teórica que procura apreender como as práticas e relações econômicas são socialmente construídas, ou seja, “*La démarche que je préconise consiste à bâtir une théorie [...] afin de saisir les effets réciproques des facteurs économiques, culturels et structurels*” (ZELIZER, 1992: 10). A autora denomina tal teoria de *modelo de mercados múltiplos* (ZELIZER, 1988, 1992) ou, no caso das relações monetarizadas, de *modelo de dinheiros especiais* (ZELIZER, 1989, 1997), ou seja, um modelo que não concebe o mercado ou o dinheiro a partir de um tipo universal que impõe sua própria lógica à realidade social e aos agentes e, sim, um modelo que concebe o mercado, o dinheiro e, podemos dizer, qualquer outra relação ou prática econômica, como socialmente construída. Seja qual for a denominação, a teoria de Zelizer assume os seguintes pressupostos: 1) há uma interpenetração entre fatores econômicos e não econômicos (redes de interação social, instituições e cultura) em vez de uma relação de dependência ou determinação entre eles; 2) o mercado não é uma instituição amoral e autônoma, mas uma construção social e cultural. O mercado tem (a) seu próprio conjunto de normas e valores e (b) é interdependente em relação a outros valores e instituições; 3) toda relação de mercado é influenciada pela cultura e pelo social; 4) as relações de mercado, portanto, não são homogêneas e atemporais, mas variáveis. É adotando essas premissas que a autora pode através de pesquisas

empíricas, por exemplo, perceber que a criança constituiu e constitui “material”, assim como o dinheiro, para a formação de mercados específicos como o de trabalho infantil (ZELIZER, 2004) e o de adoção de bebês (ZELIZER, 1992).

No caso do trabalho infantil, Zelizer analisa como, ao longo do final do século XIX e início do século XX nos Estados Unidos, a definição e proibição do trabalho infantil ocorreu não só em função de fatores econômicos como, também, de um longo processo de disputas entre atores sociais a respeito do valor da criança e da infância. Em outras palavras, Zelizer em *Pricing the Priceless Child* (2004) demonstra como a proibição do trabalho infantil resultou também de um processo de interação social conflituoso baseado e em torno de diferenças morais e culturais sobre o significado e valor da criança e da infância:

Thus, the conflict over the propriety of child labor between 1870 and 1930 in the United States involved a profound cultural disagreement over the economic and sentimental value of young children. While opponents of child labor legislation campaigned for their uselessness. For reformers, true parental love could only exist if the child was defined exclusively as an object of sentiment and not as an agent of production. (ZELIZER, 2004: 145)

Ademais, nesta obra, Zelizer não só mostra como a proibição do trabalho infantil resultou, entre outras coisas, de um reformulação cultural na sociedade norte-americana sobre o significado da criança e da infância como, também, atores sociais em função dos valores culturais dos quais eram portadores classificavam aquilo que consideravam como um trabalho legítimo e ilegítimo para uma criança e, também, como essa classificação irá variar de acordo com variáveis sócio-estruturais como, por exemplo, classe e estrutura familiar. Deste modo, nas classes trabalhadoras o trabalho infantil remunerado era valorizado na medida em que a criança era vista como agente importante no sustento da renda familiar, enquanto que nas famílias de classe média era somente o trabalho doméstico da criança não remunerado que era aceitável como parte importante da sua educação (ZELIZER, 2004: 137).

Especialmente no artigo e livro de mesmo título – “The Social Meaning of Money” – que a autora irá desenvolver como e por que uma mesma prática econômica, no caso as relações monetarizadas, irão ser classificadas (no original, *earmarked*) diferentemente pelos atores. Em primeiro lugar, é preciso destacar que para a autora a classificação do dinheiro (ou de qualquer prática econômica) não é apenas uma questão do que a pessoa pensa sobre o dinheiro e, sim, é um processo no qual a pessoa atribui significados e valores específicos ao dinheiro e, com isso, atribui

usos e finalidades específicas: “*People not only think or feel differently about their various monies, but they spend them, save them, or give them for different purposes and to different people*” (ZELIZER, 1997: 211). Reforçando esse argumento, cabe destacar que o dinheiro é classificado de acordo com critérios práticos, são eles: 1) critério físico – criação material de dinheiro; 2) espacial – separação de dinheiros em recipientes e instituições; 3) uso – tipo de dinheiro para determinado tipo de transação; 4) usuário – tipo de dinheiro para ser usado e/ou dado para determinado tipo de pessoa; 5) fonte – origens do dinheiro determinando tipos de dinheiro (suborno e doação, por exemplo); 6) sistema de alocação – certo tipo de dinheiro recebe critérios específicos para seu cálculo, circulação e distribuição; 7) transformação – objetos que servem como dinheiro (cigarros nas cadeias, por exemplo) (Cf. ZELIZER, 1997: 208-9). Tendo em vista um ou mais desses critérios para a classificação, de acordo com Viviana Zelizer, as pessoas criam significados e valores, de um lado, e tipos de usos e finalidades para o dinheiro, de outro. Por isso, não podemos pensar o dinheiro dentro do modelo utilitário, ou seja, como algo uniforme, sem atributos qualitativos e independente de considerações pessoais e sociais.

Não é somente em função de um significado, uma definição cultural/simbólica que o dinheiro é classificado; sua classificação depende, também, do tipo de interação social na qual ele está servindo de intermediário. Em outras palavras, “[...] *networks of social relations and systems of meaning mark modern money, introducing controls, restrictions, and distinctions [...]*” (ZELIZER, 1997: 24). Portanto, de acordo com o contexto de interação social na qual as pessoas estão inseridas, elas classificam (usam, calculam, alocam, nomeiam, etc.) o dinheiro diferentemente; por exemplo, num contexto de interação social onde se pretende exercer um controle forte sobre outrem, usa-se um tipo classificado de dinheiro como é o suborno (Cf. ZELIZER, 1997: 26). O dinheiro do suborno possui um significado diferente do dinheiro advindo, por exemplo, da remuneração de um trabalho (salário) e, portanto, eles recebem um uso específico e servem para finalidades (práticas, relações) diferentes.

Em suma, o modelo de análise de Viviana Zelizer interpreta o surgimento, mudança e classificação de relações e práticas econômicas a partir do sistema de significados (cultura) na qual tal ou qual prática está inserida, do contexto de interação (tipo de relação social) na qual ela é engendrada e, por último, considerando que tipo de agentes (gênero, idade, religião, classe, etc.) estão envolvidos. É através

desses elementos que Zelizer apreende a construção social de diversos tipos de mercados e de dinheiros.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: uma visão sobre as práticas econômicas cooperativas, autogeridas e associativas

Na América Latina (especialmente Brasil) e na Europa (especialmente França), a partir da década de 1980 e início da de 1990, alguns autores (SINGER, 1999, 2002a, 2003b; MANCE, 1999; GAIGER, 1996, 1999; LAVILLE e FRANÇA FILHO, 2004) irão destacar a expansão e desenvolvimento de iniciativas econômicas que compõem a chamada Economia Solidária. As causas apontadas para explicar esse crescimento são, de um lado, as transformações que ocorreram no mundo do trabalho, a partir da década 1970, com a crise do modelo fordista-taylorista de produção, que resultaram no aumento dos processos de exclusão do mercado formal de trabalho (desemprego, flexibilização e precarização das relações de trabalho); e, de outro, com a crise do Estado de Bem-Estar Social e a queda do bloco soviético, a ascensão do projeto neoliberal, cujas políticas estariam resultando no aumento da exclusão social, isto é, crescimento da pobreza, junto ao desmanche dos mecanismos de proteção social (previdência, serviços públicos, etc.). Assim, as iniciativas de Economia Solidária atingem aqueles que estão excluídos ou em vias de exclusão do mercado formal de trabalho e, também, pessoas historicamente excluídas pertencentes às classes populares, que buscam alternativas para geração de renda². Essas iniciativas assumem diversas formas: cooperativas que atuam nos vários setores da economia (produção, consumo, serviços, etc.), pequenas empresas de caráter familiar e/ou comunitário, Bancos Populares, clubes comunitários de troca, entre outras³.

Essa diversidade de empreendimento começou a ser alvo de reflexão com o objetivo de tentar apreender o sentido e lógica econômica que elas são/seriam portadoras como, também, propor, a partir delas, alternativas aos novos desafios do mundo do trabalho e até mesmo à organização social capitalista. Entretanto, a noção

² É preciso destacar que, também, a participação em organizações de Economia Solidária pode ser motivada por uma adesão e opção político-ideológica. Além disso, alguns autores questionam essa tendência de explicar o surgimento e crescimento dos empreendimentos solidários no Brasil apenas pelos fatores das crises do modelo fordista-taylorista e do Estado de Bem-Estar. Argumenta-se que, especialmente no caso brasileiro, a emergência da Economia Solidária estaria ligada a uma tradição de práticas e experiências de combate à pobreza nas classes populares. Nesse sentido, ver França Filho e Laville, 2004: 149-166.

³ Para um panorama dessas iniciativas econômicas, ver FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.150-158; SINGER, 2002a, 39-108.

de Economia Solidária não é consensual entre aqueles que pesquisam essas diversas iniciativas econômicas. Deste modo, outras noções competem junto à de Economia Solidária, tais como: colaboração solidária, economia popular, economia do trabalho, terceiro setor, entre outras⁴.

No entanto, mesmo entre aqueles que usam a noção de Economia Solidária, encontramos discussões sobre sua definição e que tipo de alternativa ela representa. Por exemplo, Laville e França Filho (2004: 107) propõem que:

A economia solidária não constitui todavia, uma nova forma de economia que viria acrescentar-se às formas dominantes de economia, mercantil e não-mercantil. Pela sua existência, ela constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não-mercantil e não-monetária numa conjuntura que se presta a tal, haja visto o papel conferido aos serviços pela terciarização das atividades econômicas. O desafio é de acumular as vantagens da economia monetária, fonte de liberdade individual pelo mercado e fator de igualdade pela redistribuição, com aquelas da economia não-monetária que contextualiza as trocas, retirando-as do anonimato.

Portanto, a Economia Solidária, na perspectiva de Laville e França Filho, seria muito mais “[...] um híbrido formado por atividades recíprocas desenvolvidas por voluntários, atividades de mercado por profissionais e atividades financiadas por subsídios estatais” (SINGER, 2004: 7), do que uma forma de superação e ruptura com a economia capitalista. Cabe destacar neste momento que, assim como o modelo utilitarista criticado por Viviana Zelizer, essa abordagem sobre as iniciativas e práticas de Economia Solidária propõe que o funcionamento dos empreendimentos solidários é realizado através de uma racionalidade econômica específica, diferente daquelas realizadas em esferas econômicas como o Estado e o mercado. Ou seja, tal como o modelo utilitarista dos pensadores sociais viam no avanço das relações mercantis monetarizadas uma ampliação da racionalidade instrumental e da primazia do interesse individual, essa perspectiva de Economia Solidária vê na consecução de práticas e iniciativas como as cooperativas e os serviços de proximidade a realização de uma racionalidade econômica específica, baseada na solidariedade. Esse “utilitarismo às avessas” fica mais evidente na definição desses autores de *empreendimento econômico solidário*. Para Laville e França Filho a característica comum das inúmeras formas que assumem os empreendimentos de Economia

⁴ Sobre outras noções e o debate entorno da noção de Economia Solidária, ver LECHAT, 2002; KRAYCHETE, LARA e COSTA, 2000; CATTANI, 2003; MANCE, 1999.

Solidária “[...] é o fato de elas incorporarem a solidariedade no centro da elaboração das atividades econômicas, e, ainda, considerarem tais atividades apenas como um meio para a realização de outros objetivos, sejam estes de natureza social, política ou cultural” (2004: 16). Percebe-se, então, o elo que esses autores estabelecem, de modo semelhante aos que adotam o modelo utilitarista, entre, de um lado, práticas e relações econômicas e, de outro, racionalidade econômica.

Esse “utilitarismo às avessas” também pode ser identificado na perspectiva brasileira sobre Economia Solidária. Por exemplo, Paul Singer afirma que a Economia Solidária é formada, principalmente, por empreendimentos autogestionários atuantes em diversas atividades econômicas como a produção, crédito, serviços e consumo, que, uma vez reunidos em um todo economicamente consistente, cooperando entre si em vez de competindo, constituiriam as bases de um modo solidário de produção podendo superar o capitalista⁵. Ou, nas palavras de Singer (2002a: 10):

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Assim como a visão francesa, essa perspectiva também estabelece um elo entre a consecução de um determinado tipo de prática e relação econômica com uma racionalidade específica. Isso se evidencia mais claramente no caso de Paul Singer, quando este afirma que a autogestão não é apenas uma modalidade técnica de organização e administração; ela é a soma de práticas e saberes (materializados principalmente sob a forma de cooperativa) orientada por princípios e valores (solidariedade, igualdade, participação, democracia, etc.), que deveria ser realizada no conjunto das relações sociais e, deste modo, constituir-se num processo de emancipação coletiva:

[...] é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os cooperadores e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. A cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e

⁵ Ver SINGER, 2000; 2002a; 2002b; 2003a. E sobre as diferenças entre Singer e Laville e França Filho, ver SINGER, 2004a.

igualitária que contrasta com modelos hierárquicos e autoritários [...]. (SINGER, 2000: 28)

Tal como o modelo utilitarista dos pensadores sociais via na realização das trocas mercantis monetarizadas a destruição de relações sociais baseadas no vínculo recíproco e em valores morais e culturais compartilhados; essa visão da Economia Solidária sustenta que o avanço de iniciativas e práticas econômicas como as cooperativas autogeridas seriam capazes de destruir as relações sociais capitalistas, baseadas na competição individual.

Nesse sentido, inspirando-nos no modelo de análise de Viviana Zelizer, elaboraremos na seção seguinte uma série de pontos para serem desenvolvidos através da pesquisa empírica, que se contrapõem ao “utilitarismo às avessas” da Economia Solidária.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: esboço para uma outra abordagem das práticas econômicas associativas, autogestionárias e cooperativas

Retomando, o modelo de análise presente nas obras de Viviana Zelizer (1988; 1989; 1992; 1997; 2004) caracteriza-se por compreender os processos de surgimento, transformação e classificação (no original, *earmarking*) das práticas e relações econômicas através de um quadro que busca delimitar o papel, nestes processos, dos sistemas de significados (cultura) na qual tal ou qual prática está inserida e do contexto de interação social e tipos de agentes (definidos em termos de gênero, idade, religião, classe, etc.) que engendram essas práticas. Tal modelo permite à autora entender que uma prática ou relação econômica não é uniforme, isto é, que existem diversos tipos de mercados e diversos tipos de dinheiros, cada qual sendo usado e transformado pelos agentes a partir do contexto de interação social no qual estão inseridos e do sistema de significados que eles são portadores. É com base nessa perspectiva que passamos a enunciar pontos de reflexões a serem desenvolvidos por pesquisas empíricas posteriores sobre iniciativas, práticas e relações econômicas cooperativas, autogeridas e associativas. Como já foi mencionado, esses pontos contrapõem-se à perspectiva de Economia Solidária.

Em primeiro lugar, entender o processo de construção social de iniciativas e práticas econômicas cooperativas, autogeridas e associativas. Portanto, procurar não concebê-las a partir de um único modelo e, também, não explicar o seu surgimento e transformações apenas como decorrência de fatores econômicos e, sim, apreender

como essas práticas assumem diferentes formas não somente do ponto de vista da sua organização como, também, da lógica pela qual elas são realizadas. Enfim, compreender como os atores sociais, a partir do seu contexto de interação social e do seu sistema de significados, constroem essas práticas e relações e como elas, assim, assumem diferentes configurações. Em outros termos, não compreender as organizações e práticas associativas, cooperativas e autogestionárias através de um modelo único e ideal e, sim, apreende-las no seu contexto social e cultural e variabilidade em função destes últimos, ou seja, não existe um tipo de cooperativa assim como não existe um tipo de transação monetária universal.

Segundo, apreender a classificação (earmarking) que os atores fazem dessas práticas e, assim, evitarmos a perspectiva dos autores de Economia Solidária que vêem essas práticas como portadoras de um significado, uso e finalidade exclusivos e uniformes. Portanto, é preciso entender como os atores classificam e distinguem essas práticas; que finalidades e usos eles reservam à elas; e quais os critérios de classificação. Contra a validade deste ponto, poderia se argumentar que a classificação é um fenômeno que só foi identificado por Zelizer nos casos do dinheiro e do trabalho infantil; contudo, a própria autora afirma que a classificação é um fenômeno “universal”: *“People differentiate, mark, and segregate all sorts of objects and events – time, space, food, art, fashion, literature, language – thereby defining particular categories of social relations and expressing different symbolic systems”* (ZELIZER, 1997: 211). Nesse sentido, pensamos ser possível que também as práticas e iniciativas econômicas cooperativas, autogeridas e associativas sejam passíveis de classificação e, portanto, de comportarem lógicas de consecução múltiplas, isto é, são atribuídas à elas significados, usos e finalidades diferentes.

Por fim, tal como Zelizer destacou que, por exemplo, o processo de classificação, mudança e proibição do trabalho infantil foi resultado de relações de disputa e conflito cultural, pensamos ser preciso resgatar as disputas e conflitos nas classificações das práticas e iniciativas econômicas cooperativas, autogeridas e associativas. Processo de disputa que pode ocorrer no nível dos participantes dessas iniciativas como, também, no nível de atores da sociedade mais ampla (intelectuais, mídia, agentes políticos). Nesse sentido, apenas como título de exemplo da existência dessas disputas de classificação, é freqüente a distinção entre cooperativas autênticas e cooperativas falsas, isto é, uma classificação que disputa o sentido e o modelo de cooperativismo legítimo na sociedade. Enfim, o problema de pesquisa não é

desvendar qual tipo de cooperativa é mais ou menos verdadeiro em relação a um modelo ideal e, sim, quais são os sistemas de significados em disputa na definição de falsas e verdadeiras cooperativas.

Essas sugestões para a pesquisa empírica, em nossa opinião, devem ser desenvolvidas a partir da adaptação de pressupostos teóricos do modelo de “mercados múltiplos” e de “dinheiros especiais” de Viviana Zelizer. Isso implica em não conceber as práticas e organizações cooperativas, associativas e autogestionárias através de um modelo único e de uma lógica econômica específica, que se impõe aos agentes, e, sim, tal como o dinheiro e os mercados nas pesquisas de Zelizer, conceber essas práticas e organizações como variáveis, isto é, como construções sociais inseridas em um contexto sócio-estrutural e cultural. Uma nova agenda teórica e de pesquisa para as práticas cooperativas, associativas e autogestionárias devem levar em consideração, portanto, que essas últimas, tal como os mercados, são múltiplas.

Referências Bibliográficas

- CATTANI, Antonio David (Org.) (2003), *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz Editores.
- GAIGER, Luiz I. G. (1996), “Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular?”, In Luiz I. G. Gaiger (org.), *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo, UNISINOS, p.101-126.
- _____. (1999), “O trabalho ao centro da economia popular solidária”. *XXIII Encontro Anual da ANPOCS*, <http://www.ecosol.org.br/textos/anpocs.doc>.
- KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.) (2000), *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, Vozes.
- LAVILLE, Jean-Louis; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de (2004), *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre, UFRGS.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule (2002), “As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil”. *II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas*, <http://www.ecosol.org.br/Noelle.doc>.
- MANCE, Euclides André (1999), *A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis, Vozes.
- SINGER, Paul (1999), *Uma Utopia Militante: repensando o socialismo*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (2000), “Economia solidária: um modo de produção e distribuição”, In Paul Singer e André Ricardo de Souza (Org.), *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, p. 11-28.
- _____. (2002a), *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- _____. (2002b), “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”, In Boaventura de Sousa Santos (Org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p.81-129.
- _____. (2003a), “Economia Solidária”, In Antonio David Cattani (Org.), *A Outra Economia*. Porto Alegre, Veraz Editores, p.116-125.

- _____. (2003b), *Globalização e Desemprego* (sexta edição). São Paulo, Contexto.
- _____. (2004). "Prefácio: um olhar diferente sobre a Economia Solidária", In Genauto França Filho e Jean-Louis Laville, *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre, UFRGS, p.5-9.
- ZELIZER, Viviana A. (1988), "Beyond the polemics on the Market: establishing a theoretical and empirical agenda". *Sociological Forum*, vol.3, n° 4, p.614-634.
- _____. (1989), "The Social Meaning of Money: 'special monies'". *American Journal of Sociology*, vol. 95, n° 2, p.342-377.
- _____. (1992), "Repenser le marché: la construction sociale du 'marché aux bébés' aux Etats-Unis, 1870-1930". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 94, p.3-26.
- _____. (1997), *The Social Meaning of Money: pin money, poor relief, and other currencies*. Princeton, Princeton University Press.
- _____. (2004), "Pricing the Priceless Child: the changing social value of children", In Frank Dobbin (Org.), *The New Economic Sociology: a reader*. Princeton, Princeton University Press.